

RODRIGO

JANOT com
JAILTON DE
CARVALHO e
GUILHERME
EVELIN

NADA

MENOS

QUE Planeta

TUDO BASTIDORES DA
OPERAÇÃO QUE
COLOCOU O SISTEMA
POLÍTICO EM XEQUE

 Planeta

Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.

Sumário

Apresentação	9
1. Ele não	13
2. A prisão de um ídolo	21
3. Com Dilma no Alvorada	29
4. Como tudo começou: todo poder a Curitiba!	40
5. O dia em que a Lava Jato quase acabou	57
6. Tiros no Senado? A segunda sabatina	67
7. Todos dizem eu te amo (ou “ <i>My life in your hands</i> ”)	77
8. Nada menos que tudo	91
9. Ele sim	101
10. “Chefe, acho que vamos ter que prender um senador!” (Uma faísca no paiol de pólvora do governo)	109
11. Os pedidos de prisão de Sarney, Calheiros e Jucá – o dia em que quebraram o nariz da Lava Jato	127
12. Ao mestre, com carinho – os bons morrem antes	139
13. Pau que dá em Chico dá em Francisco	149

14. A América em chamas	168
15. O objeto de desejo chamado Lula	182
16. Corrida de <i>toros</i> – um ministro ferido	187
17. No coração das trevas (ou o dia em que a Lava Jato físgou o presidente da República)	193
18. Uma tempestade quase perfeita – enquanto houver bambu, lá vai flecha	210
19. Quer ser ministro do Supremo?	228
20. Nada será como antes	239
Agradecimentos	254
Agradecimentos especiais	255



Nota dos autores

Este livro foi produzido a partir de depoimentos concedidos por Rodrigo Janot aos jornalistas Jailton de Carvalho e Guilherme Evelin.

Apresentação

No momento em que escrevo este livro, entre dezembro de 2018 e o primeiro semestre de 2019, a Operação Lava Jato ainda é um tema dominante na agenda política do país. Os principais embates políticos giram em torno do assunto. De um lado estão aqueles que se projetaram com o sucesso da Operação; no extremo oposto, aqueles que se sentiram atingidos pelas investigações ou pelos efeitos políticos e econômicos das sucessivas etapas da Lava Jato. Dos dois lados tenho visto incompreensões. Algumas, justificáveis; outras, não. Decidi, então, escrever sobre o que vi e vivi à frente do Ministério Público Federal ao longo desses anos turbulentos.

Até onde eu sei, é uma iniciativa inédita. Nenhum outro ex-procurador-geral da República escreveu sobre o próprio trabalho, muito menos envolvendo casos tão quentes e ainda em andamento. Mas este não é apenas um livro de memórias. O leitor tem diante de si um testamento histórico. Ao decidir escrever sobre os principais fatos relacionados à Lava Jato sob minha esfera de atuação, resolvi contar tudo que considero relevante, sem autocensura e sem eufemismos.

A ideia era relatar cada fato da forma mais objetiva possível e deixar que o leitor fizesse seu próprio juízo de valor. No futuro, provavelmente aparecerão heróis retroativos para explicar

como foram e como deveriam ter sido as investigações. De antemão, eu ofereço o meu ponto de vista. Aqui estão relatos pessoais sobre marchas e contramarchas de investigações sobre políticos como Michel Temer, Eduardo Cunha, Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Aécio Neves, Renan Calheiros, José Sarney, Fernando Collor, Romero Jucá e José Serra, entre outros personagens marcantes da vida nacional.

Estão inclusos detalhes sobre fatos narrados de forma genérica pelo noticiário e, numa certa medida, casos que passaram ao largo da vigilante imprensa nacional. Algumas situações são prosaicas e servem apenas para mostrar como o banal e o fundamental andam, muitas vezes, de mãos dadas na nossa crônica política. Outros episódios são de extrema gravidade e merecem, a meu ver, uma detida reflexão. Muitos, mesmo aqueles que conhecem bem a Lava Jato, não têm uma ideia clara da complexidade e da dramaticidade de alguns eventos.

Eu mesmo só tive plena consciência da dimensão de alguns episódios com o passar do tempo, quando já estava me preparando para este relato. Lembro-me, por exemplo, de uma profética conversa que tive com a deputada italiana Marina Sereni num jantar na embaixada da Itália, em 2015. Ela me fez três perguntas: 1) “O senhor ou alguém da sua equipe pretende disputar algum cargo político?”; 2) “O senhor já definiu o limite ‘descendente’, ou seja, até onde vão descer as investigações?”; 3) “Já sabe quando o senhor vai terminar essa investigação?”.

A primeira pergunta eu respondi com firmeza. Não me candidataria a nada, nem a síndico de prédio. As duas outras perguntas me pareceram estranhas. Como assim, definir limite de uma investigação? Como estabelecer prazo para concluir as apurações? A deputada me disse, então, que, ao ampliar demais as investigações e atingir pessoas comuns, a Operação Mãos Limpas, da Itália, perdeu o apoio da opinião pública,

inflamada por 14 suicídios. Disse também que, se não encer-rássemos de forma planejada a Lava Jato, uma “mão externa” o faria por nós.

Só hoje consigo entender o alcance daquelas palavras. Agora que vejo esse movimento vasto, de múltiplas procedências, para “estancar a sangria com o Supremo, com tudo”. Com este relato na primeira pessoa, o leitor, se assim entender, poderá me criticar pelo que fiz ou deixei de fazer, mas não pelo que terceiros acham que fiz ou deveria ter feito. De toda forma, espero sinceramente que os casos trazidos à luz ajudem na reflexão sobre corrupção, política e responsabilidade individual na construção de uma nova sociedade.





Planeta

CAPÍTULO I

Ele não

O telefonema interrompeu meu almoço. Eu estava com dois assessores, Sílvio Amorim e Karina Mascarenhas, numa churrasceria da Vila Planalto. Hoje um bairro de classe média com muitos restaurantes, localizado a pouco mais de cinco quilômetros do Palácio do Planalto, a Vila era no passado um local de acampamentos para os operários trazidos para a construção de Brasília. Enquanto comíamos, analisávamos cada item da pauta da sessão que aconteceria naquela tarde no Supremo Tribunal Federal (STF). Aquele tipo de reunião fazia parte da minha rotina, sobretudo em dias de sessão no plenário do Supremo.

De repente, meu celular tocou. Do outro lado da linha, uma secretária da vice-presidência da República me disse que Michel Temer gostaria de falar comigo pessoalmente no Palácio do Jaburu, sua residência oficial. Eu respondi que estava almoçando e que logo em seguida compareceria a uma sessão no STF. A mulher insistiu. O vice-presidente queria falar comigo, a conversa era importante e seria rápida. Eu não tinha a menor ideia do que o vice-presidente tinha de tão urgente para discutir comigo. Mas, tratando-se da segunda autoridade da República, imaginei que fosse algo muito grave.

É um clichê em Brasília dizer que um chamado de um presidente da República deve ser atendido imediatamente. Eu

digo que o mesmo vale para um convite de um vice-presidente. É clichê, mas é verdade. Interrompi meu almoço e a análise da pauta e segui direto para o Jaburu, que fica próximo à churrascaria. No caminho, recebi uma ligação do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

“Rodrigo, você vai receber um convite”, ele me disse.

“Já recebi”, respondi. O telefonema do ministro da Justiça me deixou em alerta, como se eu estivesse indo para uma armadilha.

Quando cheguei ao Jaburu, encontrei Temer e o deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, que havia acabado de sair da presidência da Câmara. Alves, amigo próximo do vice-presidente, era àquela época um dos mais veteranos parlamentares de Brasília, com 11 mandatos consecutivos de deputado. Ambos estavam à minha espera numa sala com um biombo. Dali, fomos para uma varanda coberta, usada em jantares para convidados. Temer estava bem à vontade, mas dirigiu-se a mim com aquele seu característico e rebuscado estilo de falar.

“Eu chamei o senhor aqui porque quero conversar não com o procurador-geral da República, mas com um brasileiro preocupado com o Brasil, com um patriota”, me disse o vice-presidente.

Feita essa rápida introdução, Henrique Alves entrou em ação. Sem meias palavras, começou a me dizer que eu não poderia investigar o seu sucessor, o deputado Eduardo Cunha, do PMDB do Rio de Janeiro, recém-eleito presidente da Câmara.

“Cunha é um louco, pode reagir de forma imprevisível e colocar o Brasil em risco. Confiamos no senhor como brasileiro e como patriota para manter a estabilidade do país”, reforçou.

Nesse momento, Cardozo chegou e testemunhou o resto da conversa. Sem embaraço, Alves seguiu dizendo que eu deveria arquivar, para o bem do país, a investigação contra Cunha.

Naquele período, estava em marcha uma investigação sobre a agressiva atuação de Cunha na cobrança de uma propina milionária numa compra feita pela Petrobras de dois navios-sondas da Samsung Heavy Industries, empresa da Coreia do Sul que é uma das maiores do mundo no ramo da construção naval. Pelas informações de que dispúnhamos, o então presidente da Câmara havia pressionado o lobista Júlio Camargo a pagar a outro lobista, Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, o restante de um suborno de US\$ 40 milhões. A informação sobre o pagamento do suborno a Cunha surgira num depoimento do doleiro Alberto Youssef à força-tarefa do Ministério Público para a Operação Lava Jato, em Curitiba, e, de forma surpreendente, ganhara força na revisão das delações de Júlio Camargo e Fernando Baiano.

Peça central na investigação sobre Cunha, Camargo havia ignorado o ex-deputado na primeira série de depoimentos prestados depois de firmar colaboração premiada. Ele mudou de ideia, porém, quando procuradores de Curitiba e Brasília passaram a pressioná-lo a contar tudo o que sabia, sem restrições. Caso contrário, poderia perder os benefícios da delação. Ciente dos riscos, Camargo enfrentou o verdadeiro pavor que tinha de Cunha e abriu o jogo: confirmou as acusações de Youssef e forneceu mais detalhes da trama. Cercado por todos os lados, Fernando Baiano, da mesma forma no início muito resistente a falar, também resolvera fazer revelações sobre o esquema de corrupção comandado pelo novo presidente da Câmara.

As investigações contra Cunha faziam parte de um dos 23 inquéritos abertos pelo ministro Teori Zavascki, então relator da Lava Jato no STF, contra 54 políticos suspeitos de receber dinheiro desviado de contratos da Petrobras com algumas das grandes empreiteiras do país. Tudo bem que não é trivial colocar um presidente da Câmara, o terceiro homem na linha sucessória da República, como alvo de uma investigação

criminal. Mas, para o procurador-geral da República, que tem como ofício investigar pessoas com prerrogativa de foro, era só mais um inquérito. Por isso, fiquei estupefato com o que acabara de ouvir.

Virei-me então para o vice-presidente e disse, com clareza:

“O senhor é do Direito, a minha área, ele (Henrique Alves) não é. O senhor está entendendo a gravidade do que ele está propondo ao procurador-geral da República?”

Temer não se abalou. Voltou a insistir que Henrique Alves não estava fazendo um pedido ao procurador-geral.

“Ele está propondo ao patriota Rodrigo Janot.”

E prosseguiu: “Esse homem (Cunha) é muito perigoso, e a gente não sabe quais as consequências que poderão vir dele. Então apelamos para que o senhor não leve a cabo essa investigação, que a archive”.

Aquela cena era simplesmente espantosa. Em três décadas de Ministério Público Federal, nunca tinha vivido nada parecido. Não foi fácil exercer o autocontrole e escolher as palavras diante de algo tão esdrúxulo. Respirei fundo e disse:

“Olha, vice-presidente, eu acho isso muito complicado. Na verdade, não consigo separar a figura do patriota da figura do procurador-geral. O que os senhores estão me propondo aqui é que eu cometa um crime de prevaricação. Isso eu não farei jamais. E muito me estranha que o vice-presidente da República e o ex-presidente da Câmara dos Deputados venham fazer uma proposta indecorosa dessas ao procurador-geral da República. Estou chocado com a ousadia de vocês.”

Soltei o verbo. Eles ficaram calados. Acho que não esperavam minha reação, e muito menos que eu usasse alguns palavrões para exprimir o que verdadeiramente achava de tudo aquilo.

Ainda com o sangue fervendo, acrescentei: “Os senhores são responsáveis por esse homem estar assumindo a Câmara.

Os irresponsáveis são vocês. Vocês é que são os não patriotas. Como é que vocês fizeram uma merda dessas?”.

A conversa, que não durou mais de vinte minutos, terminou aí. Cardozo ouviu tudo sem dar uma palavra. Depois, em outro encontro, ele me disse: “Você chutou o balde”. E, ciente da gravidade da cena, colocou-se à minha disposição para, no futuro, testemunhar a meu favor.

Depois daquele encontro assombroso no Jaburu, segui para o Supremo com várias dúvidas na cabeça. Sabia que, depois de derrotar o candidato do governo e se eleger presidente da Câmara com o apoio de um novo Centrão, um bloco de deputados de diferentes partidos articulado por ele para pressionar o governo Dilma Rousseff, Cunha se tornara, para muitos analistas, o político mais poderoso do país. Mais poderoso até que a chefe do Executivo. Era ele quem ditava o ritmo do Congresso e emparedava a presidente da República, que não tinha a astúcia das velhas raposas políticas, mas era muito zelosa do espaço de poder que ocupava. Cunha vinha também recebendo crescente apoio do empresariado, dos evangélicos e de grupos de direita que lideravam grandes manifestações contra a corrupção nas ruas.

Mesmo assim, a abordagem de Temer e de Henrique Alves me intrigara: qual era a fonte de tamanho poder de Cunha, que o tornara capaz de envolver o vice-presidente em uma situação tão embaraçosa? Que loucura Cunha poderia fazer para colocar em risco o destino do país? Por que algumas pessoas pareciam temer tanto o presidente da Câmara, cuja fama era de ser um ex-figurante do baixo clero que ascendera graças à habilidade de enfiar “jabuti” em medida provisória? Obviamente eu não tinha respostas claras para essas indagações naquele momento. Mas tinha certa intuição.

Tempos depois, meu chefe de gabinete, Eduardo Pelella, recebeu a visita do ex-procurador-geral da República Antonio

Fernando de Souza, que havia sido o autor da denúncia do mensalão em 2006. Muito educado, ele pediu desculpas por tomar o tempo do assessor do procurador-geral, mas alegou que a conversa era importante. Sem citar nomes, passou um recado.

“Vocês estão com uma investigação muito perigosa, que pode ter consequências nefastas para o Ministério Público. Eu continuo sendo Ministério Público e estou muito preocupado. Queria que vocês ponderassem muito bem sobre essa investigação”, disse. Só posteriormente ficamos sabendo que ele assumira a defesa de Cunha como seu advogado. Mais tarde, o Pelella comentou comigo: “Chefe, quando a máfia tem um recado para alguém, entrega um peixe embrulhado num jornal”.

Pelella é uma das mentes mais privilegiadas da nova geração do Ministério Público Federal. Na época com pouco mais de 30 anos, ele já tinha sido defensor público e juiz, e fora o primeiro colocado no concurso que prestara para se tornar procurador da República. Não fora por acaso que eu o havia convidado para ocupar o cargo mais importante no meu gabinete, pouco depois de nos conhecermos, entre 2012 e 2013. Em Brasília, todos sabiam que, além da relação profissional, éramos amigos. Na verdade, Pelella é quase um filho para mim. Quando ele se mudou para a capital federal para trabalhar na Procuradoria-Geral, morou com a mulher e uma filha na minha casa por quatro meses. Então, muita gente sabia que falar com Pelella era uma forma de fazer a mensagem chegar aos meus ouvidos.

Meu chefe de gabinete não gostou de ouvir aqueles conselhos. Não há nada de errado num procurador que passa a exercer a advocacia depois de se aposentar. Mas não era de bom-tom um advogado com longa história no Ministério Público falar naqueles termos, e como se ainda estivesse no

cargo de procurador. Este era um sentimento particular meu e de muitos outros procuradores, inclusive de alguns que não estavam vinculados às investigações da Lava Jato. Um ex-procurador-geral é sempre uma figura de respeito. Tudo que fala reverbera dentro da instituição.

Depois da visita de Souza, ressurgiu em nossas mentes a velha questão: de onde vinha o poder de Cunha? Primeiro vieram o vice-presidente da República e o ex-presidente da Câmara. Logo depois, o ex-procurador-geral. Não conhecia nenhum outro caso em que um ex-procurador-geral, ao atuar como advogado, tivesse tido uma abordagem tão incisiva e inadequada. À parte o incômodo, isso aumentava ainda mais nossa responsabilidade numa investigação que, segundo advertiam, em tom de ameaça, nossos interlocutores, poderia trazer consequências muito negativas para o país e o Ministério Público Federal.

Embora o inquérito sobre o pagamento de propina a Cunha fosse público, ninguém fora do meu grupo de trabalho sabia o que tínhamos e aonde poderíamos chegar. Publicamente, Cunha se dizia inocente, vítima de uma perseguição pessoal e política. Ele dizia que eu o perseguia por antipatia e por fazer o jogo do governo. Ao mesmo tempo, nos bastidores, o presidente da Câmara, com seu vasto poderio, se movimentava sofregamente para tentar descobrir quais cartas estavam em nossas mãos e como poderia nos derrotar.

Primeiro, ele tentou marcar uma conversa particular comigo por intermédio do secretário de Assuntos Institucionais, Peterson Pereira. Não aceitei. Não faria o menor sentido me reunir com um investigado que, sabidamente, não tinha o menor escrúpulo em manipular adversários e aliados para atingir seus fins. Ele tentou, então, descobrir com meu assessor se Júlio Camargo o tinha delatado ou não. Ou seja, se Camargo tinha revisado a própria delação para confirmar o relato de

Youssef sobre a propina de US\$ 5 milhões e, claro, os detalhes sobre o requerimento da chantagem. Tão simpático quanto discreto, Peterson desconversou e o deixou sem pistas.

Num momento posterior, a ofensiva veio mais forte. Num almoço com Peterson, Henrique Alves tocou no assunto. Ele também queria saber por que mares singrava o barco do Ministério Público. Sem muito sucesso na sondagem, foi claro no recado.

“Fala para o Janot parar com essa investigação, senão o Cunha vai tocar o impeachment da Dilma!”

Pelo que conheço de Peterson, ele deve ter reagido com um sorriso daqueles que o interlocutor nunca sabe se são de confirmação ou de perplexidade. Como assessor parlamentar, cabia a ele manter as boas relações entre o Ministério Público e o Parlamento e não exprimir as próprias emoções, mesmo que a situação fosse extremamente repulsiva. Henrique Alves, porém, não estava jogando palavras ao vento. Aquilo não era uma ameaça vazia. Cunha e seus aliados não estavam brincando e começaram, de fato, a se mexer para derrubar a presidente Dilma, tornando mais clara aquela conversa na residência oficial do vice-presidente. O encontro no Jaburu aconteceu em março de 2015. A tempestade da Lava Jato sobre Brasília – e, claro, sobre nossas cabeças – estava apenas começando. Ao longo da Operação, Cunha se tornaria, de longe, o investigado a criar mais dificuldades para o Ministério Público. Mas nossos problemas começaram bem antes disso, e não se resumem à Lava Jato. Pior que enfrentar um inimigo, logo no começo da minha gestão, foi encarar a prisão de um ex-ídolo.